

QUESTÃO 01

O Parágrafo 6º do Artigo 3 da Lei Federal 8666/93 afirma que a margem de preferência de que trata o § 5º (Nos processos de licitação previstos no caput, poderá ser estabelecido margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.), será estabelecida com base em estudos revistos periodicamente, em prazo não superior a _____, que levem em consideração: (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010) (Vide Decreto nº 7.713, de 2012) (Vide Decreto nº 7.709, de 2012) (Vide Decreto nº 7.756, de 2012)

I-geração de emprego e renda; (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

II-efeito na arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais; (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

III-desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País; (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

IV-custo adicional dos produtos e serviços; e (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

V- em suas revisões, análise retrospectiva de resultados.

(Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

- a) 2 (dois) anos.
- b) 3 (três) anos.
- c) 4 (quatro) anos.
- d) 5 (cinco) anos.

QUESTÃO 02

O Parágrafo 8º do Artigo 3º da Lei Federal 8666/93, estabelece que as margens de preferência por produto, serviço, grupo de produtos ou grupo de serviços, a que se referem os §§ 5º e 7º, serão definidas pelo Poder Executivo federal, não podendo a soma delas ultrapassar o montante de:

- a) 5% (cinco por cento) sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)
- b) 15% (quinze por cento) sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)
- c) 20% (vinte por cento) sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)
- d) 25% (vinte e cinco por cento) sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

QUESTÃO 03

Segundo o Parágrafo 1º do Artigo 5º da Lei Complementar 101/00, todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da:

- a) Lei orçamentária semestral.
- b) Lei orçamentária anual.
- c) Lei orçamentária bianual.
- d) Lei orçamentária trienal.

QUESTÃO 04

O Artigo 8º da Lei Complementar 101/00, afirma que até _____ após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

- a) trinta dias.
- b) sessenta dias.
- c) noventa dias.
- d) cento e vinte dias.

QUESTÃO 05

O Artigo 3º da Portaria Interministerial 163/01, determina que a classificação da despesa, segundo a sua natureza, compõe-se de:

I-categoria econômica;

II-grupo de natureza da despesa;

III- elemento de despesa;

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 06

Segundo a Lei Federal 6404/76, o Artigo 4º-A estabelece que na companhia aberta, os titulares de, no mínimo, _____ das ações em circulação no mercado poderão requerer aos administradores da companhia que convoquem assembleia especial dos acionistas titulares de ações em circulação no mercado, para deliberar sobre a realização de nova avaliação pelo mesmo ou por outro critério, para efeito de determinação do valor de avaliação da companhia, referido no § 4º do art. 4º.

- a) 05% (cinco por cento).
- b) 10% (dez por cento).
- c) 15% (quinze por cento).
- d) 20% (vinte por cento).

QUESTÃO 07

O Parágrafo 6º do Artigo 176 da Lei 11.638/07 afirma que a companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço:

- a) "Superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa." (NR)
- b) "Inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa." (NR)
- c) "Inferior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa." (NR)
- d) "Superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa." (NR)

QUESTÃO 08

Segundo o Artigo 6º da Lei Federal 10520/02, o prazo de validade das propostas será de:

- a) 30 (trinta) dias, se outro não estiver fixado no edital.
- b) 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.
- c) 90 (noventa) dias, se outro não estiver fixado no edital.
- d) 120 (cento e vinte) dias, se outro não estiver fixado no edital.

QUESTÃO 09

O Artigo 47 da Lei Complementar Federal 4320/64, afirma que imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de:

- a) Cotas mensais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.
- b) Cotas bimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.
- c) Cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.
- d) Cotas semestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.

QUESTÃO 10

O Artigo 4º da Lei Complementar 709/93 determina que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, compõe-se de:

- a) 3 (três) Conselheiros, nomeados de conformidade com a Constituição do Estado
- b) 5 (cinco) Conselheiros, nomeados de conformidade com a Constituição do Estado.
- c) 7 (sete) Conselheiros, nomeados de conformidade com a Constituição do Estado.
- d) 9 (nove) Conselheiros, nomeados de conformidade com a Constituição do Estado.

QUESTÃO 11

As Demonstrações Contábeis abaixo são obrigatórias na contabilidade pública, EXCETO:

- a) Balanço patrimonial.
- b) Balanço condicional.
- c) Demonstração das variações patrimoniais.
- d) Balanço orçamentário ou financeiro.

QUESTÃO 12

As despesas empenhadas, porém não pagas são consideradas Restos a Pagar até:

- a) 31 de janeiro do exercício financeiro.
- b) 31 de julho do exercício financeiro.
- c) 31 de dezembro do exercício financeiro.
- d) 31 de agosto do exercício financeiro.

QUESTÃO 13

As autorizações de despesas não previstas ou insuficientemente previstas no Orçamento Público são chamadas de Créditos Adicionais e podem ser classificados da seguinte maneira:

- I- Créditos especiais;
 - II- Créditos extraordinários,
 - III- Créditos suplementares.
- a) I e II estão corretos.
 - b) II e III estão corretos.
 - c) I, II e III estão corretos.
 - d) Apenas III está correto.

QUESTÃO 14

A denominação do conjunto de dispêndios do Estado, ou de outra pessoa de direito público para o funcionamento dos serviços públicos é:

- a) Tributo.
- b) Renda.
- c) Amortização pública.
- d) Despesa pública.

QUESTÃO 15

Divide-se as receitas públicas em:

- a) Orçamentária e extra-orçamentária.
- b) Ativa e extra-orçamentária.
- c) Circulante e passiva.
- d) Ativa e passiva

QUESTÃO 16

Ciclo orçamentário é a série de passos ou processos, articulados entre si, que se repetem em períodos prefixados, através dos quais orçamentos sucessivos são preparados, votados, executados, avaliados, controlados e julgadas as contas pela Corte de Contas, num processo de contínua realimentação. De um modo geral, o Ciclo Orçamentário abrangem grandes fases abaixo relacionadas, EXCETO:

- a) Elaboração e apresentação.
- b) Fiscalização e revalidação.
- c) Autorização legislativa
- d) Programação e execução

QUESTÃO 17

Receitas correntes públicas são compostas por receitas derivadas, originárias e outras complementares como, EXCETO:

- a) A tributária.
- b) A patrimonial.
- c) A alienação de bens.
- d) A industrial.

QUESTÃO 18

Orçamento é elaborado pelos três poderes da República e consolidado pelo Poder Executivo. Deve ser equilibrado, ou seja, não pode fixar despesas em valores superiores aos recursos disponíveis. Essa limitação obriga o governo a definir prioridades na aplicação dos recursos estimados. As metas para a elaboração da proposta orçamentária são definidas:

- a) Pelo Plano Plurianual.
- b) Pela LOA.
- c) Pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

d) Pela LDO.

QUESTÃO 19

Consagrada como principal instrumento de integração entre planejamento, orçamento e execução orçamentária pela Lei de Responsabilidade Fiscal, além de estar definida com maior especificidade e atender o disposto na constituição, a LDO também disporá sobre:

- I- Equilíbrio entre receitas e despesas;
 - II- Critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada quando a *realização da receita não comportar o cumprimento de metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais*;
 - III- Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos,
 - IV- Demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
- a) Apenas I, II e IV são verdadeiras.
 - b) Apenas II e III são verdadeiras.
 - c) Apenas III e IV são verdadeiras.
 - d) Todas as alternativas são verdadeiras.

QUESTÃO 20

Em qualquer entidade, gerar receitas implica na realização de despesas. Não é possível produzir nada sem realizar um tipo de investimento, seja mão de obra, matéria prima, despesas operacionais, entre outras. As despesas realizadas para geração de uma determinada receita devem ser registradas dentro do mesmo período, mesmo que seu pagamento efetivo ocorra no período subsequente. O confronto de despesas com receitas forma:

- a) O regime de condição.
- b) O regime de explanação.
- c) O regime de subordinação.
- d) O regime de competência.

QUESTÃO 21

Sempre com base em uma moeda comum, a contabilidade deve avaliar os ativos de uma entidade, sendo esse o princípio:

- a) Da objetividade.
- b) da continuidade.
- c) Do denominador comum.
- d) Da consistência.

QUESTÃO 22

É comum encontrarmos na literatura contábil, autores que dividem os princípios fundamentais em três categorias:

- a) Princípios, postulados e convenções.
- b) Princípios, ações e reações.
- c) Ações, reações e resultados.
- d) Postulados, convenções e resultados.

QUESTÃO 23

A inscrição que se faz em conta de devedores, relacionadas a tributos, multas e créditos da Fazenda

Pública, lançados, mas não arrecadados no exercício de origem é denominada de:

- a) Dívida flutuante.
- b) Dívida fundada.
- c) Dívida ativa.
- d) Dívida autárquica.

QUESTÃO 24

A contabilidade acompanha as mudanças que as empresas sofrem em seu patrimônio através dos lançamentos. Para a contabilidade, "lançar" significa registrar os fatos contábeis. Os lançamentos são feitos nas contas Patrimoniais e de Resultado. Para efetivar um lançamento, deve-se seguir alguns passos:

- I- Tenha pleno entendimento do fato que está ocorrendo;
 - II- Identifique as contas envolvidas;
 - III- Identifique o grupo ao qual as contas pertencem. Para isso recomenda-se a utilização do Plano de Contas (Capítulo 7);
 - IV - Identifique se o lançamento irá aumentar ou diminuir o saldo das contas envolvidas,
 - V- Efetive o lançamento observando o método das partidas dobradas (onde todo débito corresponde a um crédito de igual valor) e numere os lançamentos, para que seja possível identificá-los posteriormente se for necessário.
- a) Apenas I, II e III são verdadeiras.
 - b) Todas as alternativas são verdadeiras.
 - c) Apenas I, IV e V são verdadeiras.
 - d) Apenas IV e V são verdadeiras.

QUESTÃO 25

Debita-se as contas do ATIVO quando:

- a) A empresa efetua algum gasto ou consome elementos do ativo em sua atividade operacional.
- b) Há variação positiva.
- c) Há variação negativa.
- d) A receita é indevida.